



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA
Filiada na Coordenadora Agrícola Europeia – CPE (Bruxelas)

Ilustres Convidados **Minhas Senhoras e meus Senhores** **Caros Colegas e Companheiros**

Decorridos quatro anos desde o Congresso comemorativo dos 25 anos da CNA, estamos reunidos na mesma cidade onde, há 30 anos, foi fundada a CNA e aprovada e proclamada a Carta da Lavoura por milhares de Agricultores.

Em 2003, igualmente milhares de Agricultores e Agricultoras, nesta cidade debateram os problemas agrícolas e rurais, criticaram o que achavam estar mal e apresentaram propostas e soluções em defesa da Agricultura e do Mundo Rural Português.

Em 2003 eram preocupantes, entre outras coisas, a situação no Sector do Leite, da Batata, da Segurança Social, da Carne, do Vinho, do Tomate, etc. e estava em cima da mesa a questão da Reforma da PAC com a ameaça do Desligamento das Ajudas da Produção que agravaria ainda mais a já difícil situação da Agricultura e da esmagadora maioria dos Agricultores Portugueses.

Passados quatro anos, como estamos?

1 – Nada melhor, antes pelo contrário, apesar de terem continuado a vir para Portugal, provenientes de Bruxelas, mais de 1 200 milhões de euros por ano;

2 – A Mão-de-Obra na Agricultura diminuiu mais de 130 000 unidades de trabalho e milhares e milhares de explorações desapareceram;

3 – A idade média dos Agricultores apresenta 70% deles com mais de 55 anos, 50% com mais de 65 anos e apenas 10% com menos de 45 anos;

4 – O saldo da Balança Comercial do complexo Agro-Florestal atinge mais de 2 800 milhões de euros (560 milhões de contos/anos), com a taxa de cobertura de entradas pelas saídas na Agricultura e Silvicultura a cobrir apenas 21%;

5 – As áreas cultivadas decresceram desde então, constatando-se que, por exemplo, nas Arvenses/Cereais, apenas dois anos depois da implantação do Desligamento das Ajudas da Produção e da introdução do tristemente famoso RPU – Regime do Pagamento Único, a produção de Cereais diminuiu 400 000 hectares, com destaque para o Trigo e o Milho, descendo o grau de auto-suficiência do conjunto dos Cereais para 18% e do trigo Mole para apenas 4%, com importações anuais a rondar 1 700 000 toneladas/ano de Trigo e mais de 1 300 000 toneladas de Milho;

6 – A produção de Azeite (em que já fomos auto-suficientes) situa-se agora em 50% das nossas necessidades;

7 – Na Carne de Bovino, o grau de auto-provisionamento ronda os 60%, com importação de mais de 1 200 toneladas por semana, tendo Portugal ainda déficit nas Carnes de Ovino e de Suíno. O total de importações no conjunto das Carnes atinge 600 milhões de euros/ano;

8 – O Sector do Leite viu desaparecerem 80% das suas explorações e concentrarem-se as restantes no Litoral do País. Recorde-se que actualmente existem 22 explorações com mais de 250 vacas e 5 com mais de 500 vacas, predominantemente de estrangeiros;

9 – O Sector da Vitivinicultura enfrenta graves problemas, com Adeegas Cooperativas a encerrar, falidas, deixando milhares de Produtores com a “corda na garganta”;

10 – Na Batata, com tantas tradições em Portugal e nas Regiões de minifúndio, importam-se anualmente mais de 50 milhões de euros, verificando-se em 2005 a mais baixa produção desde 1986;

11 – No Tomate para Indústria assiste-se ao desaparecimento anual de milhares de Pequenos Produtores, sobretudo Seareiros e Rendeiros;

12 – O preço dos Factores de Produção aumenta quase dia-a-dia enquanto o daquilo que produzimos se mantém ou desce mesmo ao longo dos tempos.

Ilustres Convidados
Minhas Senhoras e meus Senhores
Caros Colegas e Companheiros

Desde o último Congresso, a que assistimos?

- À implementação do RPU – Regime de Pagamento Único com ajudas desligadas da produção, a pagar sem obrigação de produzir, que vai englobando quase todos os Sectores produtivos: foram os Cereais/Arvenses, foi o Tabaco, foi o Leite, foi o Azeite, foram as Frutas/Hortícolas e, mais recentemente foi a Reforma da O.C.M. do Vinho que terá efeitos drásticos na nossa economia e no nosso Mundo Rural.

Neste RPU estão incluídos dois milhões e meio de hectares, com 800 terratenentes a dispor de 709 000 direitos (709 000 hectares com direito a receber sem produzir) que lhes garantem, em média, 17 500 euros/mês (3 500 contos) sem obrigação de produzir, de dar trabalho e de manter viva a pequena e média Indústria e Agro-Comércio locais.

Esta minoria, caros Companheiros, que são 0,6% dos agricultores e detêm mais de 30% do total dos direitos em Portugal, certamente não está de acordo com o diagnóstico que aqui fazemos, antes pelo contrário, repimpados, sorrirão e baterão palmas a estas PACs e a estas alterações...

Esta minoria de privilegiados, seguramente estão de acordo com os OGMs e com os Agro-carburantes (Bio-combustíveis, lhe chamam alguns), de nada lhes importando que a mesma quantidade de Milho suficiente para alimentar um Ser Humano durante um ano inteiro sirva para combustível gasto por um tractor durante 8 horas...

Esta é, em resumo, a caracterização que fazemos da situação actual, meus Amigos e Companheiros!

Falemos agora do Futuro!

Comecemos pelo recente Exame de Saúde da PAC, encomendado e apresentado pela Comissão Europeia.

Lá estão escarrapachadas, preto no branco, algumas conclusões que a CNA e a Agricultura Familiar há muito adivinhavam e previam.

Vejam os agora o que está “engatilhado” para Portugal no âmbito do PRODER
– Programa de Desenvolvimento Rural para 2007 – 2013

- Desde logo, um peso excessivo para o Eixo 1 – Competitividade, quando seria mais importante e necessário apostar forte na Viabilidade e na Viabilização da grande maioria das explorações Portuguesas;
- Depois, uma incompreensível marginalização ao não considerar Estratégicas nem Prioritárias Fileiras como a Bovinicultura, Ovinicultura, Caprinicultura, Suinicultura, Leite e Cereais;
- Mais, e igualmente intolerável, os Critérios de Hierarquização das candidaturas ao Eixo 2 (Gestão Sustentável do Espaço Rural), que ao contrário do que nos foi insistentemente garantido – O EIXO 2 DESTINA-SE A CONTRABALANÇAR O EIXO 1 NO QUE RESPEITA AOS APOIOS À PEQUENA AGRICULTURA E AO MUNDO RURAL ATRAVÉS DAS INDEMNIZAÇÕES COMPENSATÓRIAS E DAS AGRO-AMBIENTAIS – foi estabelecido neste mesmo Eixo 2, no caso das Agro-ambientais e afectando também os Produtores de Raças Autóctones no minifúndio que a Hierarquização será por ordem DECRESCENTE de áreas e do número de animais!!!
Ou seja, primeiro os que têm maiores áreas ou mais animais.

Se juntarmos a isto os inadmissíveis atrasos no arranque efectivo do PRODER – estamos em Março de 2008 e deveria ter começado em Janeiro de 2007, compreenderão as nossas grandes preocupações.

Pode parecer um “muro de lamentações” o que vimos expondo, mas a situação real é, quanto a nós, esta mesma!

Todavia, enquanto publicitamos críticas e dúvidas, também apresentamos Propostas ÚTEIS – CREDÍVEIS – CONCRETIZÁVEIS.

Assim haja vontade a coragem política para as implementar!

Salientamos, entre outras:

- A PAC – Política Agrícola Comum, deve ser um instrumento de incentivo apoio à Produção e não de eliminação de explorações e Agricultores;
- Devem ser impostos a Modulação e o Plafonamento (a partir de certo montante não receber mais nada da PAC) com isenção para a Agricultura Familiar;
- O Regime de Pagamento Único/Desligamento/RPU deve acabar, passando a haver Preços Justos à Produção;
- As novas Agro-ambientais devem ser revistas e corrigidas, passando a ser incentivo e não uma penalização;

- O PRODER deve apoiar os Jovens e Pequenos e Médios Agricultores, incluindo o acesso à terra e a garantia de direitos RPU (enquanto vigorar);

- O PRODER deve apoiar adaptações obrigatórias no Licenciamento das explorações pecuárias;

- O PRODER deve ainda apoiar a Comercialização dos Produtos e o Associativismo Agrícola;

- O mesmo PRODER deve apoiar também a Bovinicultura, Ovinicultura, Caprinicultura, Suinicultura, Leite, Arvenses e Produtos Tradicionais;

- Deve ser reduzida a contribuição para a Segurança Social por parte da Agricultura Familiar;

- Deve haver apoios e reconhecer o direito à Segurança e Soberania Alimentar;

- A PAC deve fomentar e apoiar um Mundo Rural VIVO – ÚTIL – PRODUTIVO.

Obrigado.

8 de Março de 2008

Roberto Mileu
(da Direcção nacional da CNA)